

G5 Partners

CARTA SEMANAL

—
O Canário
da Mina 133

28 DE NOVEMBRO DE 2025

18
anos

A criança chora e a mãe não vê.

Durante os séculos XIX e XX, uma das atividades econômicas mais importantes do Reino Unido foi a extração de carvão de mina. Nesse contexto, uma das principais causas de acidentes com mortes dos mineiros era decorrente do vazamento de monóxido de carbono, um gás inodoro (difícil de detectar sem equipamentos) que, em grandes quantidades, pode provocar explosões ou morte por intoxicação. Como o monóxido de carbono é um resultado natural da extração do carvão, problemas de ventilação nas minas poderiam gerar acidentes mortais.

Em uma era pré-detectores de gases, o jeito de os mineiros se protegerem era levar um canário dentro de uma gaiola para a mina. Por ser muito mais sensível ao monóxido de carbono do que os humanos, a agitação do pássaro servia de alerta para que os trabalhadores deixassem a mina antes que um acidente ocorresse.

Esse é o objetivo de “O Canário da Mina”, artigo semanal que a G5 Partners divulga todas as sextas-feiras. O objetivo é ser um instrumento relevante e gerador de reflexões para o final de semana.

Boa leitura.

G5 Partners. Além dos resultados.



A criança chora e a mãe não vê.

Esta semana foi bastante intensa para o cenário político brasileiro. Tivemos a prisão preventiva de Jair Bolsonaro – que depois virou permanente, com o “transitado em julgado” da ação penal relativa à “trama golpista” –, a briga entre os presidentes da Câmara e do Senado e a pauta-bomba de Davi Alcolumbre (União-AP). Isso tudo faltando menos de um mês para o recesso parlamentar, com uma lista de temas importantes para serem votados até o final do ano e a eleição presidencial de 2026 já no radar. Muitos assuntos diferentes, mas todos com vários pontos em comum, que utilizaremos como fio condutor para contar a história da edição desta semana de “O Canário da Mina” (OCM).

A tal “pauta-bomba” supracitada se refere ao Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 185/2024, que cria regras para a aposentadoria especial de agentes comunitários de saúde (ACS) e agentes de combate a endemias. Segundo esse projeto, os agentes poderão se aposentar com o valor integral do último salário e terão reajustes iguais aos dos funcionários da ativa. AAs estimativas quanto ao custo total desse benefício ao longo dos próximos 10 anos variam de R\$ 24,72 bilhões, de acordo com o Ministério da Previdência Social, a R\$ 103 bilhões, segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM). De todo modo, independentemente do valor correto, a cifra alta vai custar caro aos cofres dos governos, sejam eles federais, estaduais ou municipais, caso o PLP seja aprovado e não vetado pelo presidente Lula.

Lendo o parágrafo acima, podemos pensar que a chance de isso virar realidade é pequena. Ledo engano, pois nesta semana o Senado aprovou a medida com 57 votos a favor, zero contra e 2 abstenções. Agora, a matéria vai para apreciação da Câmara, onde a chance de haver alguma reversão no quadro é pequena. Até porque, no início de outubro, a Casa já havia aprovado uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) sobre o mesmo tema, mas que estava repousando placidamente na gaveta do presidente do Senado, Davi Alcolumbre. O que nos leva a algumas perguntas. Por que Alcolumbre pautou essa medida tão nociva para os cofres públicos? E, se ele queria aprovar a medida, porque “desencavou” um PLP de 2024 do senador Veneziano Vital do Rego (MDB-PB) e não aproveitou a PEC da Câmara que estava em sua gaveta?

As respostas a essas duas perguntas passam pelo mesmo evento: a escolha de Jorge Messias para a vaga de Luis Roberto Barroso no Supremo Tribunal Federal (STF).

Alcolumbre e boa parte dos senadores tinham Rodrigo Pacheco (PSD-MG) como o nome preferido para a vaga e se sentiram traídos por Lula ao vê-lo preterido. Alcolumbre em particular ficou melindrado ao saber da escolha pelos jornais, e não através de algum emissário do Palácio do Planalto. O rompimento do presidente do Senado com o líder do governo na Casa, Jaques Wagner (PT-BA), tem esse melindre como pano de fundo. Uma prova disso é que Alcolumbre marcou a sabatina de Jorge Messias para 10 de dezembro, como forma de não dar ao escolhido de Lula o tempo necessário para quebrar as resistências ao seu nome no Senado. Já o motivo para não usar a PEC da Câmara parece uma forma de não queimar todas as pontes, permitindo que a temperatura abaixe e a “bomba” seja desarmada antes de explodir.

No caso do presidente da Câmara, o problema é outro – e um pouco mais antigo. Ao que parece, Hugo Motta ainda não engoliu a campanha do governo de associar os deputados à impunidade e de tachá-los de inimigos do povo, após a aprovação da PEC da Blindagem. O rompimento com Lindbergh Farias (PT-RJ), líder do PT na Câmara, passa por essa questão. Por enquanto não há pautas-bomba na Casa, mas existem assuntos importantes e ainda pendentes. Entre eles está a regulamentação administrativa da Reforma Tributária – que começa a valer de forma experimental a partir de 1º de janeiro de 2026 –, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026, o próprio orçamento do ano que vem, além de várias medidas que podem ajudar o governo a fechar as contas em 2026.

Mas, independentemente dos motivos, o fato é que há um rompimento institucional entre o Congresso e o Palácio do Planalto, que ficou formalizado com as ausências de Alcolumbre e Motta na cerimônia de sanção da lei que isenta do Imposto de Renda (IR) quem ganha até R\$ 5 mil. Deixar de sair na foto, em um evento com um apelo popular tão grande, é mais do que uma prova do clima azedo que paira sobre uma parte da Praça dos Três Poderes.

Faltou falar do terceiro poder, o judiciário, que teve uma semana intensa com a prisão preventiva de Bolsonaro – após a tentativa de violação da tornozeleira eletrônica – e sua posterior mudança para definitiva, com o “trânsito em julgado” da ação penal relativa à “trama golpista”. E nossa história se cruza com as anteriores no ponto em que a prisão do ex-presidente voltou a mobilizar a base bolsonarista para a votação da anistia, no que pode ser mais uma pedra no caminho da votação dos temas supracitados, com muita energia sendo gasta no tema, enquanto o tempo é curto. Entretanto, as implicações da prisão de Bolsonaro são importantes mesmo na corrida eleitoral para o ano que vem. O que nos leva à seguinte pergunta: esse acontecimento é bom ou ruim para a definição do candidato de oposição visando à eleição presidencial de 2026?

Vimos muitas análises dizendo que seria bom, uma vez que, com sua prisão, Jair Bolsonaro teria mais urgência em escolher um nome competitivo para a eleição do ano que vem – visto que a vitória da oposição parece ser o único caminho para uma redução da pena do ex-presidente. E esse nome seria o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. É um bom ponto, mas achamos que subestima o fato de que, neste momento, apenas os advogados e os membros da família Bolsonaro têm acesso ao ex-presidente. Isso é importante porque seus familiares têm os próprios projetos políticos que, decerto, não passam pela escolha de Tarcísio ou qualquer outro nome que não seja o deles mesmos, para serem os herdeiros do espólio de Jair Bolsonaro. Tanto Michelle quanto Flávio já deram declarações insinuando que estariam prontos assumir esse posto caso sejam “instados” a fazê-lo. Então, por que trabalhariam para que Tarcísio fosse o nome escolhido? Além disso, certamente deve estar entrando no cálculo político de Jair Bolsonaro que, ao indicar alguém de fora de seu círculo familiar como herdeiro de seus votos, estaria condenado ao ostracismo político. Como diz o provérbio popular, “rei morto, rei posto”. Portanto, acreditamos que as chances de termos um candidato com sobrenome Bolsonaro aumentou, ao invés de diminuir. E isso é ruim para a possibilidade de vitória da oposição, como mostra a pesquisa Genial/Quaest do início de novembro.

Segundo essa pesquisa, feita antes do evento da tornozeleira eletrônica, os nomes com sobrenome Bolsonaro – com exceção do próprio ex-presidente – têm desempenho pior do que o dos governadores cotados para concorrer. Em um eventual segundo turno, Michelle perderia para Lula por 9 p.p., enquanto Eduardo, por 10 p.p. – Flávio não foi testado. Por sua vez, Ronaldo Caiado ficaria atrás do presidente por 7 p.p., mesma distância de Romeu Zema; já Ratinho Jr. e Tarcísio de Freitas perderiam para Lula por 5 p.p. Ou seja, não parece ser uma boa ideia ter alguém com o sobrenome Bolsonaro para concorrer contra Lula em um segundo turno, basicamente porque a associação com o ex-presidente leva a uma transferência quase imediata de sua impopularidade – que, segundo a mesma pesquisa, chega a 60%.

O bom desempenho recente dos ativos brasileiros esconde um cenário político extremamente desafiador. Briga entre os três poderes, pautas-bomba, votações travadas e um ex-presidente preso. Como pano de fundo de tudo isso, uma eleição presidencial daqui a menos de 12 meses, cuja única certeza até o momento é a presença de Lula para buscar a reeleição. Ao mesmo tempo, a oposição, apesar da aparente união e tranquilidade – refletida na frase de Tarcísio de que a definição do candidato pode esperar até março de 2026 –, vive o dilema de considerar ou não Bolsonaro “página virada”, enquanto sua família articula alguém com o mesmo sobrenome. Por trás disso, um espólio de 13% dos eleitores, segundo a pesquisa Genial/Quaest supracitada. Até quando os ativos brasileiros ficarão insensíveis a essa confusão? A resposta a essa pergunta vale muito dinheiro.

Frase da Semana

“Andorinha que acompanha morcego amanhece de cabeça para baixo.”

Provérbio popular mineiro

G5 Partners	2023	2024	2025	2026
IPCA (%)	4,62	4,83	4,50	4,30
SELIC F.P (%)	11,75	12,25	15,00	12,50
USDBRL	4,86	6,18	5,50	5,50
PIB (%)	2,90	3,40	2,20	2,10